

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA
DO ENSINO SUPERIOR

PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA
DOCENTE

RAIMUNDA HEVELINE RIBEIRO QUIRINO

FORTALEZA

2010

RAIMUNDA. HEVELINE RIBEIRO QUIRINO

PROFESSOR ENSINO SUPERIOR: REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Docência do Ensino Superior da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de especialista do Ensino Superior sob a orientação da Prof^a Glaucia Maria Menezes Ferreira.

Fortaleza

2010

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Título de Especialista pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Raimunda Heveline Ribeiro Quirino

MONOGRAFIA APROVADA EM ____/____/____

Prof^a Dra. Glaucia Maria Menezes Ferreira
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer aos meus pais, Raimundo e Hermita, que sempre me estimularam a chegar até a minha conclusão. Ao restante dos meus familiares que de uma maneira ou outra me apoiaram. Também agradeço aos professores do curso de Especialização.

Agradeço ainda às pessoas que me ajudaram no decorrer do curso como meus amigos Elidihara Trigueiro, Cláudio Almeida pelos momentos de compreensão, e amizade durante minha jornada de especialização, e em especial a Ipojukan o meu presente de Deus, que me incentivou e apoiou em momentos desafiantes.

Agradeço a minha orientadora Prof^a Glaucia Maria Menezes Ferreira pelo incentivo, orientação e amizade na condução desta etapa.

Um agradecimento especial a Deus e a Maria Santíssima, que permitiram que eu vivesse para realizar o meu sonho.

As pessoas geralmente são pouco razoáveis, ilógicas e egoístas.
Perdoe-as mesmo assim. Se você for bondosa, alguns poderão acusá-lo de estar
Agindo por interesse. Seja bondoso, mesmo assim.
Se você for bem-sucedido, ganhará alguns falsos amigos e verdadeiros inimigos.
Seja bem-sucedido, assim mesmo.
Se você for honesto e aberto, algumas pessoas poderão enganá-lo
Seja honesto e aberto, ainda assim.
O que você passou anos construindo alguém poderá destruir do dia para noite
Construa, mesmo assim.
O bem que você faz hoje muitos esquecerão amanhã.
Faça o bem, assim mesmo
Dê ao mundo o melhor que você tem, mas talvez nunca seja suficiente.
Mas dê ao mundo o melhor que você tem.
Estenda, no cômputo final, tudo acontece entre você e Deus;
Nunca foi mesmo entre você e os outros.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

Diante as transformações ocorridas no mundo contemporâneo, a formação do professor de ensino superior sempre é levada a um nível de reflexão como um processo de crescimento e melhora contínua, mesmo que existam as dificuldades decorrentes desta formação inicial. Sendo assim, o trabalho objetiva refletir a prática docente do professor de ensino superior acerca de suas práticas pedagógicas, observando os impactos e mudanças que esta reflexão produz na prática docente. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica acerca de temas como: um olhar na história sobre a formação do professor no Brasil, a profissionalização do docente, a formação docente de nível superior, a identidade do fazer docente e a ética na educação. Têm-se como considerações finais a prática docente e o aprendizado do aluno, que deve estar alicerçado em ações que compreendam a correlação entre teoria e prática, e principalmente a reflexão na ação, a reflexão sobre as estratégias pedagógicas e a reflexão sobre a valores éticos no professor

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Profissionalização; Prática pedagógica, Ética.

SUMÁRIO

Capítulo 01 : A prática docente no Brasil	09
1.1. contextualização.....	13
1.2. O profissional da Educação no Brasil.....	15
1.3. A Formação Docente do nível Superior	20
Capítulo 02 : A identidade do Fazer docente.....	23
2.1. Identidade profissional.....	23
2.2 A profissão de professor: necessidade ou vocação ?	24
2.3. Ética e educação.....	28
Capítulo 03 : Conclusão	31
Referências Bibliográficas.....	39

O Professor como Mestre



Não me basta o professor honesto e cumpridor dos seus deveres; a sua norma é burocrática e vejo-o como pouco mais fazendo do que exercer a sua profissão; estou pronto a conceder-lhe todas as qualidades, uma relativa inteligência e aquele saber que lhe assegura superioridade ante a classe; acho-o digno dos louvores oficiais e das atenções das pessoas mais sérias; creio mesmo que tal distinção foi expressamente criada para ele e seus pares. De resto, é sempre possível a comparação com tipos inferiores de humanidade; e ante eles o professor exemplar aparece cheio de mérito. Simplesmente, notaremos que o ser mestre não é de modo algum um emprego e que a sua atividade se não pode aferir pelos métodos correntes; ganhar a vida é no professor um acréscimo e não o alvo; e o que importa, no seu juízo final, não é a ideia que fazem dele os homens do tempo; o que verdadeiramente há de pesar na balança é a pedra que lançou para os alicerces do futuro.

A sua contribuição terá sido mínima se o não moveu a tomar o caminho de mestre um imenso amor da humanidade e a clara inteligência dos destinos a que o espírito o chama; errou o que se fez professor e desconfia dos homens, se defende deles, evita ir ao seu encontro de coração aberto, paga falta com falta e se mantém na moral da luta; esse jamais tornará melhores os seus alunos; poderão ser excelentes as palavras que profere; mas o moço que o escuta vai rindo por dentro porque só o exemplo o abala. Outros há que fazem da marcha do homem sobre a Terra uma estranha concepção; vêem-no girando perpetuamente nos batidos caminhos; e, julgando o mundo por si, não descobrem em volta mais que uma eterna condenação à maldade, à cegueira e à miséria; bem no fundo da alma nenhuma luz que os alumie e solicite; porque não acreditam em progresso nenhuma vontade de melhorar; são os que troçam daquilo a que chamam «a pedagogia moderna»; são os que se riem de certos loucos que pensam o contrário.

Ora o mestre não se fez para rir; é de fato um mestre aquele de que os outros se riem, aquele de que troçam todos os prudentes e todos os bem estabelecidos; pertence-lhe ser extravagante, defender os ideais absurdos, acreditar num futuro de generosidade e de justiça, despojar-se ele próprio de comodidades e de bens, viver incerta vida, ser junto dos irmãos homens e da irmã Natureza inteligência e piedade; a ninguém terá rancor, saberá compreender todas as cóleras e todos os desprezos, pagará o mal com o bem, num esforço obstinado para que o ódio desapareça do mundo; não verá no aluno um inimigo natural, mas o mais belo dom que lhe poderiam conceder; perante ele e os outros nenhum desejo de domínio; o mestre é o homem que não manda; aconselha e canaliza, apazigua e abranda; não é a palavra que incendeia, é a palavra que faz renascer o canto alegre do pastor depois da tempestade; não o interessa vencer, nem ficar em boa posição; tornar alguém melhor — eis todo o seu programa; para si mesmo, a dádiva contínua, a humildade e o amor do próximo.

Agostinho da Silva, in 'Considerações'

Introdução

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o professor ensino superior e a importância da atuação da prática docente para a formação do aluno. A sociedade vem sofrendo grandes transformações em sua estrutura social, econômica e política, estabelecendo novas relações sociais, passando a exigir da escola a formação de um novo cidadão, capaz de atuar na sociedade, de maneira a transformá-la. A formação docente em todo o tempo da história tem sido destacada como necessária, para que os que sejam formados cidadãos, que atuem como críticos, que desenvolvam um pensar filosófico e que possam contribuir na construção de novos valores.

Com as transformações da sociedade, a instituição de ensino superior é desafiada a repensar seu papel diante o meio social, formando alunos mais capazes para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e condutas que facilitem o enfrentamento de situações dinâmicas. Deve preparar o aluno, futuro profissional para a comunicação em massa, para resolver problemas práticos utilizando conhecimentos científicos, buscando se aperfeiçoar continuamente com responsabilidade, criatividade e criticidade.

Percebeu-se com esta reflexão a importância do planejamento das aulas que tem elementos que são considerados essenciais na prática docente, como: objetivos, metodologias, avaliação, conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, recursos didáticos e tempo para a realização das atividades.

A importância do ato de planejar, ao estruturar uma aula, para o professor especifica e operacionaliza os procedimentos diários para a concretização dos objetivos da formação dos alunos, organizando de forma seqüencial todas as atividades que devem ser desenvolvidas no decorrer dos momentos de interação professor-aluno.

A seleção e organização dos conteúdos não podem ser entendidas como uma mera listagem. Kuenzer (2001) afirma que os conteúdos a serem trabalhados devem desenvolver competências intelectuais voltadas para o enfrentamento de novas situações que exigem reflexão, crítica, flexibilidade moral e intelectual, além da capacidade de educar permanentemente. Assim os conteúdos passam a serem utilizados como estratégias para a formação cidadã e profissional.

O professor precisa trabalhar de maneira construtivista, nesta perspectiva, os alunos constroem o seu conhecimento a partir da interação com objeto, o professor torna-se mediador entre conhecimento e o aluno. Para tanto, o professor pode utilizar vários tipos de recursos e metodologias para desenvolver os conteúdos em sala de aula, utilizando recursos audiovisuais, textos reflexivos, jogos didáticos, sair do espaço sala de aula partindo para pesquisa de campo e outras estratégias para facilitar a interação do aluno com o conhecimento, do aluno com sua realidade.

Na verdade, o que se pretende é levar para uma reflexão sobre a prática docente do professor universitário e sua relação com o aprendizado dos alunos. Em decorrência disso refletir –se também na formação de indivíduos, que deve acontecer com a capacidade de não apenas codificar sinais, mas sim formar os indivíduos, no sentido de compreender aquilo que ele lê. É preciso criar um espaço de troca de idéias, de informações e de conhecimentos que façam crescer o cognitivo do discente, a partir de práticas estratégicas adequadas as suas realidades..

Para Piaget (1991),O conhecimento é construído a partir da interação do sujeito com o objeto. O desenvolvimento cognitivo se dá pela assimilação do conhecimento das estruturas anteriores presentes no sujeito e pela acomodação dessas estruturas, em função do que vai ser assimilado.

O profissional de ensino superior deve proporcionar um ensino de qualidade, buscando a formação de alunos cidadãos livres e conscientes de seu papel na construção e/ou transformação da sociedade. Para que esta formação ocorra, toda a ambiente educacional precisa estar comprometida com o aluno, principalmente o professor que se torna o mediador entre o aluno e o conhecimento. Esta mediação deve ocorrer de maneira consciente, critica e intelectual.

O professor pode adotar uma postura critica frente à realidade que aí está, atuando de forma responsável, partícipes do contexto social no qual estão inseridos não meramente como críticos, mas como sujeitos reflexivos, capazes de perceber a realidade e a partir dela assumir coerentemente uma postura educativa, capaz de promover transformações educacionais e sociais, assumindo a postura de intelectual transformador, capaz de pesquisar e produzir o próprio conhecimento.

Nos cursos de formação docente das Instituições de Ensino Superior (IES), a Didática do Ensino Superior é disciplina indispensável. Por que? Parte dessa resposta está na exigência de professores que detenham habilidades e competências adequadas ao ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Ademais, os alunos têm expressado a relevância do conhecimento didático pedagógico, em sala aula, demonstrações obtidas em pesquisas que revelam a importância da formação pedagógica do professor como um componente indiscutível à sua competência docente. Estudos têm revelado, especialmente que a formação pedagógica do professor faz parte da sua competência docente.

Deste modo, o processo educativo tem um jeito e um tempo diferente e, portanto, a prática pedagógica é singular em sua ação. Essa particularidade, permeada pelo contexto múltiplo e diverso da cultura, das condições objetivas e da subjetividade da relação professor-aluno, faz com que o conceito atribuído por um aluno ao professor que não apresenta domínio de sala de aula, que divaga no conhecimento, também se apresente por meio de uma multiplicidade de visões. No entanto, o que se observa é que não há uma resposta única para uma realidade polissêmica de cultura, valores, visões de mundo, mas há uma predominância de percepção sobre a prática pedagógica sedimentada no saber fazer competente.

A didática, a prática, em níveis diferentes de ensino e guardando as especificidades de cada contexto, tem sido vista como uma ferramenta, confundindo-se muitas vezes com método, metodologia, recurso pedagógico, ou ainda, como técnica. Na prática, em sala de aula, apresenta uma fisionomia diversa de outros cenários, porque além de oferecer um instrumental teórico aos educadores, pode contribuir para a reflexão sobre o conhecimento e sobre as formas de aquisição desse conhecimento através do ensino e da pesquisa.

Neste ambiente o aluno está para aprender, se formar como cidadão e isso exige, também, uma dimensão interativa que coloca, cotidianamente, o professor diante do outro, no contexto relacional, sob a forma presencial. Essa dimensão poderá expandir-se para além da sala de aula e, assim, possibilita uma travessia que leva ao encontro do outro na qual o diálogo entre o professor e seu aluno se faz na troca afetiva e fortalecedora de vínculos.

Essa dimensão interativa impõe a ética, o entendimento, o diálogo, a reciprocidade, o acolhimento, e principalmente, o respeito às diferenças. Talvez seja necessário reinventar o desenvolvimento de uma prática social transformadora, que visualize um mundo justo, uma cidade acolhedora, uma universidade aberta, enfim que o papel de educador se amplie, se alargue em busca de uma educação que inclua escutar o outro, na abertura, no diálogo, favorecendo a travessia entre a subjetividade e a objetividade (Scoz et al., 2000). Esses elementos constituem-se em alguns dos saberes fundamentais à formação docente, para que desenvolva uma prática educativo -crítica, pois segundo Freire (2004, p. 23), “ensinar não é transferir conhecimentos e conteúdos [...] quem ensina aprender ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Para o embasamento desta reflexão faz-e necessário o conhecimento histórico sobre a prática docente no Brasil. Um caminho longo foi percorrido e muito desafios neste processo histórico. Outra abordagem é o profissional da educação no Brasil, onde se analisa o absurdo da situação do mesmo, com insatisfação e talvez com desmotivação profissional para o exercício de suas atribuições. Mesmo assim, é importante considerar a necessidade de uma qualificação adequada e uma busca por uma identidade profissional, por isso vem à tona um questionamento: a profissão de professor é necessidade ou vocação? No decorrer das reflexões esta pergunta terá sua resposta vai sendo construída através de teóricos e estudiosos em educação. Enfim a conclusão faz uma junção de todas as questões em torno da prática pedagógica e o aprendizado do aluno, desta a formação do docente, passando pela postura ética e reforçando as estratégias pedagógicas que podem valorização a relação professor – aluno, na vida educacional e na formação humana.

1, A prática Docente no Brasil

Existe uma história em torno da prática docente no Brasil, que é importante para a compreensão dos desafios que envolvem a formação do professor desde os tempos mais primitivos até os dias atuais. Neste capítulo abordaremos o contexto histórico e o desenvolvimento desta formação.

1.1.Contextualização

Desde os tempos primitivos essa profissão vem se constituindo e sendo constituída, em geral, pelas classes sociais mais abastadas, a cujos interesses, na maioria das vezes, precisa servir. Para compreender a formação e a realidade dos professores hoje, faz-se mister compreender o processo histórico que os formou e os constituiu.

Na história poderíamos afirmar em termos genéricos, dois grupos sempre mantiveram o poder: os que dominaram a economia, estreitamente conectada a política e os que detêm o conhecimento científico. Na história dos professores se confunde com esses segmentos, não o tanto como artífices deles, porém mais como atuando a seu serviço. Os professores em grande parte de sua história ajudaram, de forma explícita ou implícita, a manter o poder econômico e político, e por outro lado, também contribuíram para difundir o conhecimento científico em nome daqueles que elaboraram, os teóricos. Em momentos de crise, quando a sociedade já não era mais capaz de fazê-lo igualmente foram solicitados a formar os alunos nos valores morais. Muitas vezes, também, principalmente no começo da história, os professores eram aqueles que preenchiam o tempo dos iniciantes (criança e jovens) muitas vezes porque os responsáveis não tinham condições de fazê-lo.

Percebi-se, assim que na história do professor, tanto no que tange a concepção da profissão, como na sua formação, muitos aspectos, ainda hoje, estão presentes. No entanto, é importante frisar que a formação e as práticas pedagógicas foram de maneira muito significativa, influenciadas pelos avanços da ciência, ou seja, do pensamento científico, há complementariedade entre a ciência, o pensamento científico de um lado e a educação de outro, os professores de outro.

O que precisamos dar-nos conta nesse momento é que a realidade do professor hoje não é consequência do acaso. Muito pelo contrário, sua situação de vida, suas práticas estão intimamente ligadas as situações históricas de organização social e do pensamento científico.

Desde os primórdios, quando o homem começa a viver em sociedade percebemos a necessidade de educar, de orientar aqueles que precisavam ser iniciados ou incluídos no convívio social. De acordo com Monroe (1983) , que ilustra a necessidade de instrutores além da família e quase um exercício de sacerdócio.

Inicialmente, esta classe é formada pelos chefes de grupos familiares, mas como os deveres do pai se tornar múltiplos e este culto dos espíritos amigos se torna mais complexo, constitui-se um sacerdócio especial. Há então, um esboço de instrução para o povo em geral dada pelo sacerdócio e uma instrução mais elaborada e formal dos futuros membros do sacerdócio, ministrada pelos atuais membros da classe. Estes últimos são os primeiros professores profissionais. Por vários séculos o ensino permanece como um direito especial do clero, e por muitos séculos mais, a educação é orientada e dirigida unicamente por ele.

Como podemos perceber que a citação acima, já comenta o surgimento da função do professor, que se deve ao fato de haver necessidade de complementação e de ajuda na formação das crianças para as famílias, buscando uma melhor inserção social.

Diante as transformações ocorridas no mundo contemporâneo, a formação do professor reflexivo, como alternativa às dificuldades decorrentes da formação inicial e continuada, começa a aparecer nas práticas profissionais.

É perceptivo que a sociedade pós-moderna é marcada por inúmeros avanços na comunicação e na informática, bem como, transformações tecnológicas e científicas. Paulo Freire (1997) nos alerta no sentido da coerência do discurso, da comunicação, quando diz:

As qualidades pó virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o dizemos e o que fazemos. Este esforço, o de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é já uma dessas virtudes indispensáveis- a coerência.

A pós-modernidade certamente trouxe aos professores desafios nunca vistos e enfrentados nos momentos históricos anteriores Na opinião de Perrenoud “(.2000.) exerce o ofício em contexto inéditos, diante de públicos que mudam em referência a programas repensados, supostamente baseados em novas abordagens e novos paradigmas”.

Como já se sabe os alunos que vêm para as escolas trazem consigo as vivências de um contexto complexo em transformação. Os que saem das escolas, das nossas universidades necessitam ter habilidades e competências para responder aos desafios pessoais e profissionais.

Podemos dizer que olhando a história, vemos que os professores sempre foram chamados para resolver problemáticas sociais.

E em tempos atuais, quando a família e os valores morais estão em crise sem precedentes, o contexto produtivo, exige um perfil de pessoa com cérebro pensante e capaz de responder, com competência aos desafios propostos e se apela novamente, de forma muito incisiva, ao trabalho do professor.

1.2.O Profissional da Educação no Brasil

O mundo contemporâneo apresenta mudanças que afetam todos os setores da sociedade, inclusive o da educação. Estas mudanças instituem novas concepções de tempo e espaço, abrindo caminhos para formas inovadoras de pensar e agir. Isso exige que os profissionais de educação do século XXI possibilitem aos alunos não apenas conhecer-se como produto de processo histórico até hoje desenvolvido, mas, sobretudo, levá-los a atuar no mundo de forma crítica e coerente, ultrapassando o conceito de homens-massa, ou seja, aqueles que têm uma concepção desagregada e fragmentada de mundo.

O século XX marcou inúmeros debates e, principalmente, a partir dos anos 80, a política educacional tem sido repensada com os segmentos da sociedade civil organizada, por intermédio das suas associações científicas e sindicais, as quais contribuíram, pelos debates na ampla sociedade civil organizada, para a elaboração da Constituição Brasileira (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Rumos críticos, propostas transformadoras, caminhos para mudanças, experiências inovadoras, contestações, discussões e debates, implementados e disseminados nestes últimos anos, não foram suficientes para combater a precariedade no âmbito do sistema educacional brasileiro.

O esforço de renomados educadores e entidades associativas são desfigurados, golpeado pelas forças conservadoras da direita. A aquilo que custou uma década de discussões, estudos, mobilizações, abaixo-assinados etc. é podado na base pelas manobras feitas pela elite. Sim, os educadores brasileiros se organizaram e se mobilizaram ao longo da década de 80: o suor resultou em várias propostas para a LDB, que correspondessem às reais necessidades da escola pública brasileira e às de seus professores, sofrendo mais de 1.263 emendas em dois anos, sendo alterado pelos representantes conservadores do setor privado.

Paulo Freire representa o expoente da educação brasileira, na década de 60 e seguintes, sugere bases políticas, filosóficas e metodológicas da pedagogia dialógica, horizontal, conscientizadora e libertadora, que sejam capazes de atender às reais necessidades educacionais do povo brasileiro, mas sua prática é suprimida através de rápidas ações do poder, pelas forças conservadoras.

O sonho de uma revolução qualitativa e quantitativa no âmbito da educação brasileira se desfalece: Paulo Freire fez no estrangeiro aquilo que não lhe deixaram fazer no seu país. A orientação tecnicista da Lei nº 5.692/71 pesou sobremaneira na degradação do magistério brasileiro, pela invasão contínua de modismo, introduzida no sistema escolar ao longo da década de 70, impediu que os professores percebessem a crescente deteriorização das condições necessárias ao processo de ensino/aprendizagem.

A forte preocupação com as técnicas de ensinar somada ao controle externo das escolas foi tornando insignificante a autonomia do professor.

O movimento da Escola Nova, nos idos de 1930, também não passou de uma ilusão em termos de mudanças concretas do sistema educacional brasileiro. Ao analisar exaustivamente as forças em jogo – católicos e Pioneiros da Escola Nova, Cury (1978) conclui que do confronto saiu-se pior a classe dominada. Estava longe o nascimento da ‘escola do povo’. A educação escolar continuou sendo agente das classes dominantes, e, com o conflito de interesses na própria área dominante, a possibilidade desta escola mais distante ainda.

Subjacentes ao escolanovismo colocam-se os sentimentos de “entusiasmo” e “otimismo”, partilhados pelos educadores progressistas da época, que acreditavam na reconstrução da sociedade brasileira via escola e educação.

Na vertente do “sentimento”, não se pode afirmar que o professor esteja vivendo um período de felicidade, a menos que, indiferente da sua própria existência na sociedade capitalista. Pelo contrário, o professor, frente às precárias circunstâncias que envolvem o seu fazer, apresenta-se como um ser extremamente insatisfeito e frustrado. A frustração resulta do desalento, da desilusão que são vivenciadas ao longo deste século; no momento presente parece não haver uma perspectiva de melhoria a curto ou médio prazo.

As mudanças anteriormente mencionadas instituem concepções de tempo e espaço, abrindo caminhos para formas inovadoras de pensar e agir. Isso exige que os profissionais da educação do século XXI possibilitem aos alunos não apenas conhecer-se como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, mas, sobretudo, levá-los a atuar no mundo de forma crítica e coerente, ultrapassando o conceito daqueles que têm uma concepção desagregada e fragmentada de mundo.

O século XX marcou inúmeros debates e, principalmente, a partir dos anos 80, a política educacional tem sido repensada com os segmentos da sociedade civil organizada, por intermédio das suas associações científicas e sindicais, as quais muito contribuíram, pelos debates na ampla sociedade civil organizada, para a elaboração da

Constituição Brasileira (1988) e da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (1996).

A década de 1990 registrou inúmeros avanços no campo educacional, sendo implantados projetos inovadores – alavancados por educadores capazes e detentores de teorias que reflitam a realidade existente – que se intensificaram nas discussões em torno de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual foi aprovada em 1996, tendo como objetivo um novo ordenamento geral da educação brasileira.

Analisando o absurdo da situação do profissional, tomando-o e enfrentando-o como uma experiência do trágico, então poderá o professor revitalizar o seu trabalho. A purificação resulta da tragédia concretamente vivida abre caminho para momentos de lucidez, clarividência e consequência. Saberá então o professor que à noite se antepõe o dia, que às sombras da opressão se antepõe às luzes da liberdade, como a demonstra a dialética da vida e da história. Compreenderá então o professor que nem todas as possibilidades de ser e existir foram esgotadas: a sociedade e a escola que estão aí não são eternas. (cf. CAMUS, s/d).

Pode-se dizer que, ao longo da história, em nosso país, a formação de professores não tem sido assumida pelo Estado como um esforço de governo e de uma política social que se preocupe com a qualidade da educação e com o processo de cidadania do povo brasileiro. Basta analisar proporcionalmente as verbas efetivamente aplicadas na formação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área. A estrutura social, tal como vem se construindo em nosso país, determina, em grande parte, a ineficiência de nosso ensino.

A formação dos profissionais da educação vem sendo motivo de discussão intensa, nos últimos anos. A constatação pública é sentida no próprio grupo que atua no ensino, de que a escola não vai bem e precisa ser mudada. Não bastam decretos-leis para que a escola mude e atenda às necessidades da população. Que não são decretos que mudam a realidade, mas que esta deve estar na base de qualquer legislação que pretenda fazer avançar determinado sistema. Vale ressaltar que na escola, sem dúvida, é o professor, que como sujeito da ação docente, é o elemento responsável pela direção e efetivação do ensino, daí por que sua formação deve ser uma questão fundamental a ser

considerada, quando de fato se tem a intenção de oferecer um ensino de qualidade, que acrescente o saber elaborado à sua condição de exercício da cidadania, o que abrange a dimensão pessoal e profissional.

A contemporaneidade está marcada pela ausência de valores humanos e práticas decorrentes. Está marcada pela amoralidade característica da barbárie; apresenta violências que exigem, cada vez mais, a integração de todos os homens e de todas as mulheres, na construção de suas próprias vidas, de suas instituições e da sociedade. Há que se integrar o homem e a mulher naquilo que é a sua essência humana: a produção da sua existência – trabalho. O homem e a mulher, diferentemente dos animais, antecipam mentalmente o que vai realizar. Agindo sobre a natureza, para produzir as condições de sua existência, vai transformando o meio criando cultura, criando um mundo humano.

Esta é a responsabilidade da escola, da educação, da sua gestão e das políticas educacionais. (FERREIRA, 2000). Através de um projeto pedagógico em ação, se formarão as personalidades dos alunos e se fortalecerá cada um dos membros da escola que, conscientes dos objetivos a serem trabalhados, seu significado e os valores que os sustentam, reavaliarão, na sua própria prática, as suas vidas e as suas prioridades. “A dimensão política da educação escolar se define pelo tipo de especificação do projeto educativo escolar, pelo conteúdo, pelo método e forma de efetivar a atividade pedagógica” (FRIGOTTO, 1998, apud VALÉRIO, 2006 p. 115).

Na perspectiva desse autor, a política está intrínseca em toda a ação humana e nas práticas educativas. E a escola necessita, por meio da construção coletiva do projeto educativo escolar, assumir seu compromisso político institucional, possibilitando a efetiva participação de todos. Frigotto (1998) enfatiza a necessidade de sair da situação de paralisação que se encontram muitos professores e retomar de forma orgânica a luta pela redemocratização efetiva, política e social.

1.3.A formação pedagógica do professor de ensino superior

Podemos dizer que o mestre ou doutor sai da pós-graduação com habilidades de sala de aula? Com certeza se percebe que ambas as categorias recebem uma formação de conhecimento voltado para pesquisar, para a formação de pesquisador. Mas só isso não é suficiente para a formação docente. É necessário que haja um melhor empenho na formação pedagógica que propicie uma melhor qualidade das habilidades pedagógicas.

Como pensar uma formação para o docente de ensino superior? O professor é um sujeito sociocultural que constrói e reconstrói seus conhecimentos conforme a necessidade e demanda do contexto histórico e social, suas experiências, seus percursos formativos e profissionais, portanto o processo de formação do professor do ensino superior se dá a partir das experiências vividas em diversos espaços sociais, dentre eles, a própria prática docente.

A prática docente constitui-se num espaço formador por excelência, uma vez que se apresenta relacionada às “situações concretas que não são passíveis de definições acabadas, mas exigem improvisações, habilidades pessoais e a capacidade para lidar com situações mais ou menos transitórias” (TARDIF, 2002). Lidar com situações inusitadas é parte do processo formador, e possibilita a o docente desenvolver certas disposições adquiridas na prática que lhe permitirá enfrentar com maior segurança e confiança os desafios da prática docente. Dessa forma, podemos dizer que a prática profissional é um lugar de formação.

A docência é uma prática que o professor, como ator plural, a (re) constrói, continuamente, à medida que recorre às habilidades incorporadas por ele ao longo da trajetória de vida. Essas habilidades podem ser produto de todo um trabalho de reflexão, de correção de estratégias, acumulado durante o tempo do exercício da docência. Por isso é importante destacar a prática como uma fonte de produção de saberes da docência.

As percepções acerca da formação revelam que a ênfase da formação continuada está na área específica de formação. Mesmo sendo valorizada, a formação pedagógica é colocada em segundo plano. Qual é a causa dessa hierarquia? Algumas questões: Será que a necessidade imediata é a da formação específica para responder às especificidades

e às demandas dos alunos? A crença presente no imaginário social de que “quem sabe, sabe ensinar” (MASETTO, 2003) condiciona essa atitude? Ou será que os programas de formação profissional são descontextualizados da realidade e da necessidade do professor, e, por isso, pensam que é perda de tempo?

Pode ser que as respostas estejam todas imbricadas, fica evidente que há uma preocupação maior com a formação específica por parte dos professores. Por essa razão, a formação pedagógica fica relegada, quando muito, às oportunidades ofertadas pela instituição. Em face desse resultado pode-se perguntar: Até que ponto a representação coletiva de formação docente sobre o ensino superior, que historicamente priorizou a formação específica, pode interferir nas opções e crenças desses professores? Como atores sociais em interação com o contexto social, os professores do ensino superior incorporaram crenças e valores relativos à sua formação. Portanto, é possível dizer que as representações coletivas sobre a formação interferem na forma como os professores concebem e praticam essa formação.

1.4.A Formação Docente e a satisfação do ensinar.

Vivemos uma época de muitas transformações, momentos de muitas incertezas. Percebemos uma valorização da produtividade, da competitividade nos diversos segmentos da sociedade e da vida humana, inclusive na educação. Neste contexto está incluído o profissional da educação - o educador e os saberes. Estes por sua vez, servem de base para a prática educativa.

Este saber que não pode ser desvinculado das dimensões do ensino de sua profissionalização, de sua formação e de sua epistemologia da prática.

Pensar em educação se pressupõe pensar formação docente e a prática pedagógica com qualidade. Assim precisamos refletir e entender a formação do professor para o desenvolvimento dos saberes docentes, que requer qualificação, valorização profissional e também políticas adequadas, que considerem o valor e a importância do professor para a sociedade.

Mas o que sabemos ou entendemos por formação? O que compreendermos a respeito deste significado para evitarmos qualquer desvio que deste do contexto, principalmente em relação a educação?

De acordo com o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o vocábulo “formação” deriva do latim *formatione* e tem o sentido de formar, construir, que por sua vez está em processo de interação e de transformação do conhecimento.

O educador Paulo Freire (1996) já se referiu á formação como um fazer permanente que se refaz constantemente na ação.

É verdade que a formação não se dá apenas por mera acumulação de conhecimentos, mas constitui numa trajetória tecida com muitas ajudas: livros, dos mestres, das aulas, da internet, das boas conversas entre professores, e porque não dizer também, da troca de experiências com os alunos, já que consideramos uma constante o processo de formação do professor.

Desta forma a formação docente se torna dinâmica e atualizada com o contexto da realidade. E esta formação deve propiciar situações que viabilizem a reflexão e a tomada de consciência das limitações sociais, culturais e ideológicas da profissão docente, considerando como horizonte um projeto pessoal e coletivo. Uma contribuição da formação docente poderia ser, a construção clara e real de que o trabalho docente constitui uma missão educacional, com influências significativas e transformadoras para a sociedade. E porque não dizem , missão esta capaz até de salvar vidas.

Para Demo (2000, p.90), a função do professor “não é dar aula, mas garantir a aprendizagem do aluno, facilitando ao mesmo tempo, a necessidade de aprendizagem escolar aqui e agora e sobretudo a aprendizagem para a vida, permanentemente”, buscando assim cada vez mais uma cidadania ativa e contribuído cada vez mais para igualdade social, orgulhando-se de ser a engrenagem principal para o desenvolvimento do ser humano.

Partindo desta compreensão que a formação docente tem haver com a qualidade e a satisfação do “ensinar”, podemos refletir na frase: “ensinar é uma arte”. Podemos considerar que o pressuposto desta afirmação, encontra-se no trabalho de profissionais em que suas práticas são aprendidas pela capacidade de “conhecer-na-ação” pelo processo singular de “reflexão-na-ação”. Assim é a arte de ser professor: na prática é que o professor se faz docente pela intuição, criatividade e improviso. Desde modo, o conhecimento dos professores é gerado a partir da sua prática no cotidiano de sala de aula. Por isso, um conhecimento tácito, que se faz por um conjunto de possibilidades

espontâneas que emerge da sensibilidade do docente mobilizada em ação. Simultaneamente o conhecimento docente mobilizado na ação também faz pela reflexão-na-ação quase de forma intuitiva, pois o conteúdo que caracteriza a prática docente se faz pela reinteração permanente das situações em que se defronta no seu dia-a-dia.

2. O fazer docente

O profissional precisa ser conhecido pela sua identidade profissional, e a partir da mesma pode-se analisar suas atitudes, sua postura, enfim sua condução profissional. Neste capítulo vamos abordar a identidade profissional do docente e algumas reflexões em torno deste tema.

2.1. Identidade profissional

Todo profissional tem uma identidade que define seu perfil para um determinado tipo de trabalho, assim também podemos encontrar no profissional docente uma identidade profissional que expressa sua postura. Na verdade podemos considerar que é uma construção permanente da identidade profissional no decorrer do tempo, pois sofre influência de muitos indicadores. Contudo os professores na sua maioria não compreendem as implicações das solicitações acerca de um perfil sobre sua profissionalidade, e isto se torna fundamental para o processo de construção e sedimentação de uma identidade profissional.

Não pode se deixar de lado nesta construção as múltiplas experiências de vida, tanto pessoal como profissional. Apoiada nessa constatação pode ressaltar a história de vida, a formação e a prática docente como elementos constituintes do processo de identidade profissional do professor.

Considerando a questão da prática docente, o educador ou profissional da educação não deverá ser como o professor de antigamente, que prevalecia sempre sua autoridade ditadora em sala de aula. Com passar no tempo foi se exigindo um novo perfil, uma nova identidade profissional do educador. Hoje se percebe muito uma cobrança bem maior quanto a isto. Um dos aspectos atuais da construção da identidade é a liderança. O educador deve ser um líder, onde através de sua eficácia obterá o envolvimento e o

compromisso dos alunos, dando exemplo de excelência, sendo ético, potencializador e inspirador, pois precisará criar ambientes de trabalho para compartilhar e transferir conhecimento entre seus alunos. Alavancar o conhecimento e a curiosidade de todos. Deve influenciar os alunos a trabalharem com entusiasmo, visando atingir aos objetivos identificados para ser bem-comum. Além de tudo isso levar os alunos a uma construção de um senso crítico.

O professor deve ser um motivador, incentivador, animador, instigador e facilitador do aprendizado de seus alunos. E não só no aspecto cognitivo, mas também em aspectos afetivos, emocionais e interpessoais. Não ser o detentor único e exclusivo da informação e do conhecimento. Ser um educador é estar sempre num permanente construir-se, precisa propiciar os alunos a terem um relacionamento e uma postura de coletividade, onde todos se relacionam com todos, respeitando as diferenças e as particularidades.

No processo desta identidade profissional, não se deixa de lado a reflexão que conduz a uma permanente construção, a fim de chegar à eficácia da qualidade profissional do educador, para o exercício de sua tão importante e necessária atividade de educar.

2.2. A profissão de professor: necessidade ou vocação ?

Ser professor nunca foi fácil. Durante séculos exigiu-se que o professor fosse um modelo de virtudes, e mais recentemente que desempenhasse as funções de um técnico, capaz de mudar os comportamentos e atitudes de todo o tipo de alunos. Um grande desafio em vários níveis de ações pedagógicas e de habilidades pessoais.

Muito se tem questionado sobre a forma como o professor em sala de aula tem atuado, e mesmo, se há uma forma fiel de separar o *joio do trigo*. O que mais se lê na mídia é se, pelo fato de ter sido empurrado ao magistério, por falta de opção, a relação professor x aluno não seria interrompida e muitas vezes, seria a mola propulsora para o desestímulo dos alunos, já que nos últimos tempos tem sido muito tumultuada essa relação.

Precisamos então, de uma classe de professores que esteja preparado, frente a um novo desafio, o de ser professor, formado para esse fim, com vocação e profissionalismo, tal qual o médico que só opera se foi preparado para isso e tem convicção pessoal de que pode realizá-la e; educar nesse novo século, já que o professor estará em contato direto com seus alunos que não possuem maturidade para decidir qual o conteúdo da aula de hoje. Portanto necessita preparar-se para desenvolver e promover conhecimento.

Esse preparo acontece em virtude da necessidade desse profissional ter clareza que sua função é muito importante, pois auxiliará o aluno a sair da condição de dependência até chegar a um estágio de autonomia.

Para que essa tarefa se cumpra, entendemos como necessário, que se discutam e debatam a respeito do ofício de professor. Destacamos como de grande valor: a preparação institucional universitária, a afetividade pessoal, o respeito a profissão, a sala de aula como um ambiente prazeroso e a vocação que o professor precisa ter para assumir esta desafiadora missão de ensinar a criança.

Consideração a definição de profissão segundo o dicionário Wikipédia: Professor é uma pessoa que ensina uma ciência, arte, técnica ou outro conhecimento. Para o exercício dessa profissão, requer-se qualificações acadêmicas e pedagógicas, para que consiga transmitir / ensinar a matéria de estudo da melhor forma possível ao aluno.

É uma das profissões mais antigas e mais importantes, tendo em vista que as demais, na sua maioria, dependem dela. Já Platão, na sua obra A República, alertava a importância do papel do professor na formação do cidadão.

Como todas as profissões, a profissão de professor possui algumas especificidades:

É ponto assente que a mesma requer dois tipos de qualificações:

- As "acadêmicas" (os saberes e saberes-fazer que serão objeto de uma transmissão ou transferência);
- As "pedagógicas" (as metodologias e técnicas que utiliza para o exercício da sua atividade profissional).

Apenas as últimas qualificações são teoricamente exclusivas do professor. A forma como as adquiriu e a importância que lhes concede variam consoante o nível de ensino:

No ensino primário, como refere Philippe Perrenoud (2001), as qualificações pedagógicas tendem a ser sobre valorizadas em detrimento das qualificações acadêmicas. No ensino secundário, pelo contrário as qualificações acadêmicas tendem a ser proclamadas como nucleares, já que é nelas que os professores deste nível de ensino baseiam o seu prestígio e afirmação da sua autonomia. No ensino superior, as qualificações pedagógicas são desprezadas. Em resumo, quanto mais nos aproximamos dos níveis elevados do percurso escolar, mais são valorizadas as competências acadêmicas em detrimento das competências pedagógicas.

Mas a prática docente esbarra com outras graves limitações ao seu exercício. O professor está permanentemente a ser confrontado com a questão dos limites da sua influência sobre os alunos. A reação destes está longe de ser controlada em todos os seus aspectos, sendo, todavia esta em grande parte determinante para o seu êxito profissional. Neste aspecto uma formação profissional adequada não é só por si garantia sucesso profissional. O fracasso, como diz Philippe Perrenoud (2000) é constitutivo da profissão docente, mas o fracasso dos alunos é também o dos professores e do sistema educativo. Numa profissão técnica, a competência não exclui, nem o erro, nem o sucesso, mas um e outro são excepcionais. Nas profissões que trabalham com pessoas é preciso aceitar, como uma "inevitabilidade", os semi-fracassos ou mesmo os fracassos graves.

O discurso do profissionalismo está hoje largamente difundido, sendo cada vez mais evidente que é sobre ele que se irá construir o novo ideal para a profissão docente. Mais profissionalismo significa no novo discurso, maior sucesso das escolas, o que se traduzirá em maior desenvolvimento social e económico.

A maior autonomia das escolas, não significa necessariamente maior autonomia do professores. A autonomia é reduzida frequentemente a certa questão de reforço do poder interno dos órgãos dirigentes das escolas. Esta posição tem tido apenas como consequência imediata a criação de novos mecanismos de controle dos professores. O único objetivo destes órgãos, devido a uma lógica de afirmação interna e externa, tem consistido na ocupação e rentabilização de todo o tempo disponível dos professores,

impondo-lhes unilateralmente mecanismos artificiais de colaboração e cooperação. O resultado final tem sido uma drástica redução do tempo que os professores dispõem para estarem com os seus alunos ou desenvolverem atividades inovadoras.

Desta forma, algo previra, o aumento da autonomia das escolas acaba por produzir um maior isolamento dos professores e por gerar o aparecimento de exigências impossíveis de poderem ser cumpridas (reforçando os seus sentimentos de culpa), piorando deste modo a desmotivação dos professores e as disfunções das escolas. A ação dos professores só em parte é determinada por fatores individuais e macro-sociais. Na verdade ela é fundamentalmente *mediatizada* pelas organizações escolares onde estes estão inseridos. Estas desempenham o papel de filtros que deixam passar certas iniciativas e certas ações, mas não outras, segundo critérios que radicam nas suas lógicas de poder interno.

Lembrando os conceitos de Edgar Morin, podemos classificar a profissão de professor como uma profissão complexa, onde a incerteza, a ambigüidade das funções é o seu melhor traço definidor.

Em face de esta dura realidade, o professor conta acima de tudo consigo próprio, ele é, não apenas observador, como o ator insubstituível da relação pedagógica. Contra a incerteza e as suas próprias carências, o conhecimento das "boas práticas" é neste aspecto importante como referência teórica, mas é preciso dizê-lo que estas raramente são transferíveis para outros contextos e outros atores.

É neste panorama complexo que hoje emerge o modelo dos "professores como práticos reflexivos", os quais envolvidos num processo de construção e desconstrução de saberes vão elaborando a sua própria concepção de profissão e das boas práticas.

O investimento que um(a) professor(a) faz (ou deixa de fazer) em relação ao aprimoramento de sua ação docente deriva de uma concepção de formação profissional pessoal produzida por suas experiências em instituições de formação de professores, em cursos de atualização, leituras, convivência com as diferentes linguagens da arte, etc e, principalmente, com sua percepção do papel social da escola e de sua profissão.

2.3.Ética e Educação

Para um convívio regular entre as sociedades sempre se exigiu um comportamento que, ao longo da história se baseia nas leis estabelecidas nos pólis gregos e mais tarde, na idade média, baseadas em leis estabelecidas com fundamentos no Cristianismo. Isto para proporcionar uma margem de respeito mútuo e a si próprio, havendo assim a responsabilidade inerente de se repassar esses padrões a gerações futuras, que através de instituições de ensino são dadas as bases para a adaptação na sociedade atual. Dando-se assim a ética na educação e consistindo nesse objetivo de formação de um indivíduo consciente de seus deveres e direito dentro de uma sociedade.

As questões éticas, entendidas como dimensões complexas e integradoras, onde se imbrica o racional e o emocional, o afetivo e o intuitivo, o pensamento e a acção, o objectivo e o subjectivo, extravasam a reflexão sobre os valores e intersticiam-se no quotidiano dos indivíduos e das comunidades, contribuindo para que aí equacionem os seus sentidos individuais e colectivos.

A educação, como empreendimento social, mediadora entre um passado que se pretende veicular e um futuro que se visa preparar, em tensão entre a socialização e conservadorismo, por um lado, e a transformação e desenvolvimento, por outro, é ela própria intérprete, construtora e difusora de sentidos. Deste modo, os seus intervenientes, organizados em torno de estruturas de diversos níveis e abrangências, ao confrontarem-se com as questões do sentido e das finalidades, mas também dos meios e dos processos, implicam-se de modo mais ou menos consciente com as questões éticas. Trata-se de um diálogo que cada um tem de fazer, nos contextos diversos onde essas dimensões se evidenciam. Desde os normativos legislativos que determinam e regulam o sistema, até às interações particulares que se estabelecem nas escolas e nas salas de aula, há um encadeamento de decisões que importa consciencializar e aprofundar.

A reflexão ética tem como pano de fundo, a prática social em torno da qual se constitui a moralidade. Falando de outro modo, todo agir humano tem um fundamento que é, por natureza social. Ora sendo a prática profissional um dos espaços de concretização da sociabilidade humana cujo conteúdo e sentido é historicamente produzido e alterado em função dos fatores contextuais em que se desenvolve, percebe-se que é pertinente dizer que toda profissão tem uma dimensão ética.

No caso da docência essa dimensão faz referência tanto a natureza interativa do trabalho educativo quanto a sua afirmação e consolidação como profissão. Esse último aspecto refere-se à necessidade da profissão docente de se produzir socialmente, de explicitar os fundamentos que lhe asseguram consistência em dado tempo e espaço. Esta exigência remete a definição do que um profissional do magistério, das formas e saberes próprios à concretização dessa atividade, bem como do estabelecimento de mecanismos de regulação do exercício profissional.

O outro aspecto está ligado, à condição da educação de prática voltada para pessoas em construção, mediante uma intervenção comprometida fundamentalmente com o respeito à dignidade humana desses sujeitos.

A ação profissional do professor é constituída por relações, o professor age sobre e com seres humanos (Tardif e Lessardt, 2007). No cotidiano do seu trabalho (dentro e fora da escola) trava relações com pessoas capazes de interatividade, de troca de experiências e que podem aderir de modo subjetivo ou não a ela. Nesse sentido, evoca atividades complexas que envolvem “a existência de meandros recorrentes de conhecimentos, emoções, juízos de valores susceptíveis de ser constantemente reformulados nas relações” entre os sujeitos em causa (Maheu e Bien-Aimé 1996). Isso porque as relações que tecem o trabalho docente são permeadas e, ao mesmo tempo, resultantes das tensões, negociações e colaborações entre as pessoas implicadas nesse processo, tendo em vista atingir os fins educativos propostos.

Por sua vez, esta intencionalidade, que assinala uma dada direção, por ser política tem um significado conceitual e/ou valorativo. E por ser política que a atividade docente torna-se intrinsecamente ética.

A dimensão ética da docência, portanto, se sustenta no fato desta profissão esta voltada para a formação de outras pessoas, prática que reclama reflexão crítica constante sobre seu significado e implicações no conjunto de valores necessários ao convívio em sociedade.

Como profissional, o professor é chamado a assumir determinados posicionamentos e atitudes. Todavia, é importante frisar que ele não delibera somente sobre as relações no interior da escola e da sala de aula, o professor também decide sobre aquelas que, embora externas, tecem sua profissão e alimentam sua cultura ocupacional.

A dimensão ética, como um “estruturante de trabalho docente” (Tardif, 2001), tem seu sentido expresso tanto nas interações entre sujeitos quanto nas interações socioinstituições.

Vejamos como exemplo a interação professor e aluno na sala de aula, típica do processo de trabalho docente na escola, na universidade. Nela, exigência se revela em demandas como: definir um tratamento equitativo, mediar as expectativas individuais e coletivas, disponibilizar simbolicamente os saberes, escolher os meios de ensino, bem como esboçar as formas de avaliação.

Em busca de assegurar uma forma de tratamento moderado, dentro de um padrão igualitário entre as exigências coletivas e individuais que o professor “é solicitado eticamente” a produzir respostas equilibradas e coerentes entre tais demandas (Araújo,2004). Esta não é uma tarefa simples ao implicar na mediação das tensões que recortam os interesses em disputa, os quais ultrapassam as expectativas dos sujeitos presentes na sala de aula, resvalando na intencionalidade pedagógica da educação em geral.

Ensinar pressupõe saberes a aprender. Professores e alunos em relação detêm patamares diferenciados de conhecimento, cabendo ao primeiro a coordenação do processo de ensino. A exigência ética situa-se no centro dessa distinção, abrangendo de forma específicas as “atitudes éticas dos professores em relação aos alunos, aos saberes e a aprendizagem”, conforme Tardif(2001):

3. Conclusão

Ser um docente qualificado e competente nos dias de hoje é um desafio muito grande. É exigido uma postura diferenciada, onde a busca pelo conhecimento é constante e profunda. A globalização e o surgimento de novas tecnologias contribuem diretamente para mudanças, inclusive na educação. A interação entre o professor e o aluno vem se tornando muito mais dinâmica e ativa nos tempos atuais.

O professor precisa entender como os alunos aprendem e saber identificar o seu papel nesse processo. É necessário preocupar-se com a prática pedagógica e com a intenção de educar, produzir conhecimento e desenvolvimento, proporcionando ao indivíduo uma mudança de atitude.

O professor deve estar inteiramente ligado ao aluno, tornando-se responsável pela aprendizagem do mesmo.

Faz-se necessário uma reflexão sobre metodologia aplicada em sala de aula. É momento de romper com uma concepção tecnicista de aprendizagem que ainda sustenta nossas práticas de ensino. É preciso pautar o fazer docente na compreensão da aprendizagem como ato coletivo e contínuo, ir além da ação metodológica restrita a exposição verbal e aos exercícios de fixação. Práticas orientadas para atividades intelectuais dos alunos por meio de problematização, análise e confronto de experiência social desses sujeitos com os conteúdos escolares, podem transformar a rotina pedagógica em ação didática geradora de desafios à aprendizagem em espaços de interação e livre expressão.

A aprendizagem não é apenas inteligência e conhecimento, mas também uma interação entre as pessoas para a identificação pessoal. Um pressuposto básico da aprendizagem é que é preciso aprender para poder ensinar. O professor precisa ser competente na sua área de atuação para não despejar o conteúdo de maneira memorizada para os alunos.

A função básica do professor no processo ensino-aprendizagem é a de orientar de forma ativa e desenvolver um papel de guia para o aluno, de forma a oferecer um apoio

cognitivo. O professor deve interferir de modo a identificar e contribuir na evolução da Zona do Desenvolvimento Proximal desenvolvida por Vygotsky, que é entendida como a distância entre o desenvolvimento real e o desenvolvimento do potencial do aluno. A intervenção do professor é fundamental para o desenvolvimento do aluno. O aluno por sua vez deve construir a compreensão do assunto abordado, interagindo com o meio, porém guiado pelo professor.

Diante dessas perspectivas vemos que aprendizagem é um processo dinâmico, que envolve a relação entre aluno e o meio, e para que isso ocorra com êxito é preciso que o professor se atente aos fatores que motivam os alunos a aprender, através de um senso crítico que entende o processo ensino aprendizagem.

Lakomy (2007) ressalta que o professor não deve deixar de perceber que a “sala de aula é uma comunidade de aprendizagem que tem o professor como coordenador que deve estimular o conhecimento por meio das varias teorias da aprendizagem e refletir sobre como gerir esse espaço para que seus alunos obtenham o maior beneficio possível”.

Levando em consideração o papel do professor como um condutor, deve-se pensar nas estratégias de ensino em sala de aula. A decisão pelo tipo certo de estratégia a ser utilizada revela, num primeiro plano, a intencionalidade do ato de ensinar. Nesse sentido, sua escolha deve considerar além dos fins educativos, a adequação ao conteúdo programático, as características dos alunos, aos recursos materiais e ao tempo para o estudo.

No que concerne aos conhecimentos curriculares, no momento de selecionar as estratégias é preciso observar as particularidades das áreas de conhecimento e a natureza do conteúdo (conceitual e factual) seu momento ou fase de estudo (introdução, aprofundamento e culminância). O perfil intelectual da turma de alunos constitui outra referências nesse processo. Assim, a prática social desses sujeitos, as operações mentais construídas e por desenvolver deverão ser parâmetro de adequação das atividades a realidade social e cognitiva desses alunos.

Como comenta Anastasiou (2004), o conhecimento dos alunos é “essencial para a escolha da estratégia, com seu modo de ser, agir, de estar, além de sua dinâmica pessoal.”

Os fatores tempo, espaço físico, bem como os meios materiais disponíveis, também precisam ser considerados para que os procedimentos didáticos se tornem exeqüíveis.

Ao atentar para a observância de critérios no momento da escolha das estratégias de ensino não há uma intenção de enfatizar o método em detrimento de outras problemáticas pedagógicas, traço típico de uma didática meramente instrumental. Na verdade a atenção está voltada para uma ruptura com práticas tradicionalistas marcadas pela ênfase nos saberes e fazeres docentes em detrimento da participação dos alunos nas experiências de aprendizagem.

Em geral, os professores de ensino superior possuem uma forte formação em sua área de conhecimento, no entanto, na maioria dos casos, uma grande lacuna com relação às questões do processo de aprendizagem e de estratégias pedagógicas (Behrens, 2004). Com relação à inserção das TICs nos mais diferentes âmbitos de ensino, essa questão fica ainda mais complexa, pois não basta a mera inserção das tecnologias para que os contextos de aprendizagem se tornem inovadores, criativos e consigam dar conta das novas demandas do ensinar e aprender. Aliado a isso, como afirma Behrens (2008), a maioria dos professores de 3º grau têm adiado a inserção das tecnologias, como alternativas pedagógicas, ou a utilizam de forma superficial como recurso para apenas veicular conteúdos e propor tarefas e atividades.

Segundo Schutz (2003), o conhecimento que um sujeito possui é fruto da sedimentação de experiências precedentes, é articulado, compreendem uma gama de interesses diferenciados bem como diferentes tipos de crenças. Este autor ressalta que atribuir novos sentidos a uma experiência será possível apenas *a posteriori*, ou seja, após um olhar reflexivo sobre o vivido. Assim, as novas ações possuem como pressuposto a reflexão na experiência e o repensar em outras possibilidades.

É importante se obter na prática docente uma didática que assegure o desenvolvimento de operações de pensamento que favoreçam a formação de sujeitos críticos, autônomos e com capacidade de intervir na realidade.

Os professores, no contexto atual, vivenciam as conseqüências de uma situação de mal-estar, provocados por mudanças recentes na educação. Essa situação de mal-estar pode ser representada pelos sentimentos que os mesmos têm diante das circunstâncias que o próprio processo histórico produziu em termos de educação, como desmotivação pessoal e, muitas vezes, abandono da própria profissão, insatisfação profissional, percebida através de pouco investimento e indisposição na busca de aperfeiçoamento, esgotamento e “stress”, como conseqüência do acúmulo de tensões, depressões, ausência de uma reflexão crítica sobre a ação profissional e outras reações que permeiam a prática educativa e que acabam, em vários momentos, provocando um sentimento de auto depreciação (Esteve, 1995).

Esta é uma reflexão constante entre os professores em qualquer nível (médio, fundamental e superior), e tem influência direta sobre a prática docente em sala de aula.

É verdadeiro afirma que para os professores do ensino superior, se identificam mais com sua área de atuação e não como professor do curso no qual leciona. Grande parte dos professores ensino superior não assumem sua identidade docente, e a encaram como uma forma de complementação salarial, pois segundo Pimenta (2002), o título de professor, sozinho, sugere uma identidade menor, pois socialmente parece se referir aos professores primários.

Essa problemática aponta para uma questão fundamental: que formação este profissional teve? Como ele irá contribuir para a formação dos seus alunos se ele mesmo não se caracteriza no exercício da sua profissão?

De acordo com Pimenta (2002), embora os professores ensino superior possuam experiências significativas na área de atuação, ou tenham um grande embasamento teórico, predominam, no geral, o despreparo e até um desconhecimento científico do que seja um processo de ensino aprendizagem. Pimenta (2002) acrescenta ainda que

Geralmente os professores ingressam em departamentos que atuam em cursos aprovados, em que já estão estabelecidas as disciplinas que ministrarão. Aí recebem ementas prontas, planejam individualmente (...) os resultados obtidos não são objetos de estudo (...) não recebem qualquer orientação sobre processos de planejamento (...). Como se percebe, a questão da docência na universidade ultrapassa os processos de sala de aula, pondo em discussão as finalidades do ensino da graduação, o que tem sido reconhecido em diferentes países.

A realidade é que os professores quando passam a atuar na docência do ensino superior, no entanto, fazem-no sem qualquer habilitação própria para ensinar. Se for oriundo das áreas da educação ou licenciatura, teve chances de discutir elementos teóricos e práticos relativos à questão do ensino-aprendizagem, ainda que direcionados a outra faixa etária de alunos.

Dentro desse panorama depara-se com a formação dos educandos nos cursos de pedagogia, que buscam um espaço como profissional da educação num mercado de trabalho marcado por prática pedagógica intencional, capaz de provocar situações desfavoráveis ao desenvolvimento do aprendiz nas diferentes áreas do conhecimento, no aspecto afetivo emocional, nas habilidades e nas atitudes e valores. Eis aqui o desafio do fazer docente: aliar uma prática pedagógica não tradicionalista, mas inovadora a fim de obter um bom resultado na aprendizagem dos discentes.

A ação interpessoal para a eficácia da prática deverá ser baseada na visão de que para se obter sucesso na aprendizagem, é preciso que o docente propicie um espaço de troca, partindo do conhecimento e a experiência dos seus alunos, e estabelecendo uma mediação capaz de permitir a participação ativa dos discentes nos seus processos de construção dos conhecimentos.

Para Pimenta (2002), é preciso considerar que a atividade profissional de todo docente possui uma natureza pedagógica, isto é, vincula-se a objetivos educativos de formação humana e a processos metodológicos e organizacionais de construção e apropriação de saberes e modos de atuação.

Por isso, para ensinar o professor necessita de conhecimentos e práticas que ultrapassem o campo de sua especialidade. Segundo Libâneo (1998), cada docente deverá ter uma diretriz orientada da prática educativa.

Os professores contribuem com seus saberes, seus valores e suas experiências nessa complexa tarefa de melhorar a qualidade do ensino, sendo assim sua prática não deve ser baseada na racionalidade técnica, mas sim na sua consciência de ampliar seus conhecimentos, em especial os pedagógicos, que facilitam o confronto de suas ações cotidianas com as produções teóricas, as contextualizando com um saber significativo.

Faz-se também necessário o desenvolvimento de algumas competências fundamentais para o exercício da prática pedagógica: a liderança, a ação interpessoal para a eficácia da prática, gestão participativa com a instituição e seus alunos, contribuir para a qualidade da universidade, a construção da autonomia como finalidade da educação e ser pessoalmente um eterno aprendiz.

Sendo assim, o docente do ensino superior é um profissional da educação, pois somente com a união dos conhecimentos específicos da área, com os conhecimentos pedagógicos, é que se constituem umas práticas eficazes, capazes de formar profissionais e cidadãos, críticos e conscientes.

Desenvolver uma reflexão crítica é fundamental para o adulto, permitindo-lhe conhecer diferentes teorias e ponto de vista, discutir alternativas para o exercício de sua profissão, dialogar sobre os valores embutidos nas soluções técnicas apresentadas, analisar as perspectivas do mundo social e político.

A prática de se trabalhar com educação de adultos supõe por parte do professores, estabelecer um clima físico (desde a arrumação das cadeiras em círculo) e psicológico que propicie uma atmosfera de mútuo respeito e confiança entre os participantes, enfatizando assim a aprendizagem como algo agradável. Envolver os participantes no diagnóstico de suas necessidades e encorajá-los a identificar recursos e estratégias que lhes permitam atingir os objetivos, compartilhar com os aprendizes a avaliação de sua aprendizagem.

O professor, do século XXI, deve funcionar como um facilitador do acesso e mediador das informações. Deve funcionar como um bom amigo que auxilia o sujeito a conhecer o mundo e seus problemas, seus fatos, suas injustiças e suas solidariedades, de forma que o aluno possa caminhar com liberdade de expressão e, conseqüentemente,

de ação. Em contrapartida, o aluno deve respeitar o espaço escolar e valorizar o professor, sabendo aproveitar a magia do momento, o encantamento do aprender-ensinar-aprender.

Portanto, o professor hoje é aquele que ensina o aluno a aprender e a ensinar a outrem o que aprendeu. Porém, não se trata aqui daquele ensinar passivo, mas do ensinar ativo no qual o aluno é sujeito da ação, e não sujeito-paciente. Em última instância, é preciso ficar evidente que o professor agora é o formador e como tal precisa ser autodidata, integrador, comunicador, questionador, criativo, colaborador, eficiente, flexível, gerador de conhecimento, difusor de informação e comprometido com as mudanças desta nova era.

Observamos que os dias atuais trazem inovações a cada minuto e que se ampliou o número de profissionais com diferentes funções na educação. Hoje temos o professor tradicional, aquele que professa; o educador, aquele que educa e o instrutor, aquele que instrui, geralmente, soa à tecnicismo esta nomenclatura, mas, no fundo é o que se tem na verdade; instrutores de informática, e não professores ou educadores de informática.

Portanto, os educadores, que somos, devemos utilizar todos os recursos que o século XXI nos proporciona sem esquecer nunca, é claro, da intenção do uso feito deles.

Assim, a educação deve ter sempre uma função humanitária e progressista e visar sempre à construção de um cidadão crítico, autônomo e seguro de seu espaço nesta sociedade, a fim de que possa reivindicar os seus direitos com a responsabilidade de seus deveres.

O professor precisa compreender o aluno e seu universo sócio-cultural. Mas conhecer esse aluno (e seu universo) implica em uma pré-disposição de amá-lo. Cabe ao professor investigar mais esse aluno e, ao longo de sua formação, não deixar que esse educando acumule raivas ou questionamentos. Hoje muito se sabe que o lado intelectual caminha de mãos dadas com o lado afetivo.

O professor deve estar atento e consciente de sua responsabilidade como educador. O ambiente de sala de aula, que muitas vezes pode se mostrar frio, severo e hostil aos nossos educandos, deve ser recolocado, reapresentado aos mesmos de forma mais amena e amigável.

E como conclusão final apresentamos o pensamento de Paulo Freire (2004), referente à formação do professor e o exercício da docência. Ele nos afirma que estas duas questões, não podem prescindir de Autonomia, cuja Pedagogia é fundamentada na ética, no respeito à dignidade e na própria autonomia do educando. E para tanto, se pressupõe competência técnico-científica e rigorosidade no trabalho, exigindo uma postura curiosa, aberta às mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTASIOU, Léa das Graças e ALVES, Leonir Pessate (orgs). Processos de Ensino na Universidade. Pressupostos para estratégias de trabalho em aula. Joinville: Editora UNIVILLE. 2004.
- BEHRENS, M.A. 2004. A formação pedagógica e os desafios do mundo moderno.
- CAMPOS, Casimiro de Medeiros (2009). Saberes docentes e autonomia dos professores. 2 ed. RJ. Vozes;
- CURY, Carlos Roberto Jamil, (1978). Ideologia da educação brasileira. São Paulo: Cortez e Moraes.
- ESTEVE, J. M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A. (org.) *Profissão Professor*. 2ª ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. S.P: Paz e Terra, 1991.. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. S.P: Paz e Terra, 2001. 148p
- FREIRE, P. (2004): *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra.
- HENGEMEMÜHLE, Adelar (2007), *Formação de Professores*, RJ, Vozes;
- KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências novos desafios*. São Paulo: Cortez 2000. p. 33-35.
- LAKOMY, Ana Maria. *Teorias cognitivas da aprendizagem*. 2. ed. ver. e atual. Curitiba: Ibpex, 2007. 95 p.
- MASETTO, Marcos Tarciso (2003). *Competência Pedagógica do professor universitário*. São Paulo, Summus Editorial.
- MASETTO (org.), *Docência na Universidade*. 5ª ed., Campinas. SP, Papirus, vol. 1
- MONROE, Paul. *História da educação*. Tradução: Idel Becker. São Paulo: Companhia editora nacional, 1983.
- PIAGET, Jean. *A Linguagem e o Pensamento da Criança*. São Paulo: Martins Fontes. 1993.
- PIAGET, Jean. *Seis estudos de Psicologia*. Tradução Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

PERRENOUD, P. As dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças C. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TAVARES, Wolmer Ricardo (2007). *Docência um momento de reflexivo*. São Paulo. Editora Icone.

SCHUTZ, A. 2003. *Estudos sobre teoria social*. Buenos Aires, Amorrortu, 284 p.

SCOZ, B. (org.) (2000): (POR) uma educação com alma. A objetividade e a subjetividade nos processos de ensino/aprendizagem. Petrópolis, RJ, Editora Vozes.